



VILAREALSTºANTONIO

1  
HélicGosh  
K

## ATA Nº. 7/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 13 de março de 2018.

Aos treze dias do mês de março de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, Cristina Nogueira Mira, Manuel Filipe Pôla Alturas e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATA;
- DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL – CC234/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PRÁTICA DA COMPONENTE VOCACIONAL;

2  
Hélio Gsl  
A

- CANCELAMENTO DO PACTO DE PREFERÊNCIA - MÁRIO LAGE - CONSTRUÇÃO CIVIL, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.;
- CEMITÉRIO - ALTERAÇÃO DO 6º TALHÃO DE SEPULTURAS TEMPORÁRIAS NO 1º. SECTOR;
- PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DE OEP/PUBLICIDADE DO ESTABELECIMENTO DENOMINADO "CAFETARIA DELÍCIA", PROPRIEDADE/EXPLORADO POR MARIA MANUELA COSTA DIAS;
- REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS EM REGIME DE BILHETEIRA PARTILHADA;
- CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS;
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIAÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA "VIII CAMINHADA E PASSEIO DE BTT - ESCOLA ATIVA, PELA MATA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO";
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIAÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA "V MARATONA BTT BAIXO GUADIANA" - ASSOCIAÇÃO BTT BAIXO GUADIANA;
- PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador António Maria Farinha Murta, por motivos pessoais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 964.937,71 € (novecentos e sessenta e quatro mil e novecentos e trinta e sete euros e setenta e um cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Sra. Presidente propôs a inclusão da seguinte Proposta:

**APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas lembrou que ainda não foi disponibilizada cópia do contrato celebrado com a empresa concessionária ESSE, bem como a informação sobre os valores recebidos no âmbito do referido contrato.

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que nas últimas reuniões apresentou vários requerimentos, e em virtude de até à presente data não ter recibo qualquer informação sobre os mesmos, solicita um ponto de situação:

“Relação dos apoios às associações de pescadores durante os últimos 4 anos e apenas ter sido apresentada a informação de 2017, devendo ser completada com informação de outubro de 2013 a dezembro de 2016”;

“Informação sobre a situação em que se encontra contabilizada a faturação das Águas do Algarve, o valor em dívida, e se a Câmara Municipal/SGU vai ser ou não obrigada a liquidar aquela faturação em litígio”;

“Esclarecimento jurídico sobre duas questões relacionadas com o funcionamento da SGU:

Hélio G. L.  
X

1. Se é legítima a transferência para empresas municipais de competências que a lei determina serem exclusivas da Câmara Municipal e, em caso positivo, se a Presidente da Câmara Municipal, ao assumir a presidência dessas empresas as pode exercer;
2. Se é compatível o estabelecimento de contratos de prestação de serviços pela empresa municipal com membros da Assembleia Municipal ou se estes terão de recorrer ao direito de opção.”

“Informação, como e quando pensa reembolsar os munícipes, sem colocar em causa o regular funcionamento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António”.

A CDU sabedora das dificuldades económicas que alguns clubes passam, será importante saber:

1. “Quando prevê a Presidente de Câmara restabelecer os contratos programa com o Clubes e Associações do Concelho;
2. Qual o valor total que prevê destinar a estes contratos já em 2018 e nos seguintes anos;
3. Além do apoio económico que outros tipos de apoio estarão previstos nos contratos programa (por exemplo transportes).

Por forma a completar o esclarecimento, solicito informação sobre os últimos contratos programa (datas e valores) e os montantes que os mesmos clubes e associações receberam de forma avulsa desde que não existem estes contratos.”

Sobre o contrato de prestação de serviços da SGU celebrado com a firma Tesaba.

Os currículos *vitae* das pessoas que prestam serviços para a Câmara Municipal.

Se no âmbito da revisão do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, os funcionários irão gozar os 25 dias de férias ainda no decurso do ano de 2018;

Referiu que apesar de ter feito parte do executivo municipal 2013-2017, nunca teve conhecimento do processo do Dr. Orlandino Rosa.

Solicitou ainda, um ponto de situação, sobre os seguintes assuntos:

Atualização do processo de privatização das águas;

Recuperação do investimento no valor de 1.200.000 € relativo à construção do passadiço na praia de Monte Gordo;

A instalação do Posto de Turismo de Monte Gordo, deveria ser contratualizada a fixação do mesmo;

Sobre a intervenção do munícipe em anterior reunião da Câmara Municipal, que questionou a Sra. Presidente se tinha conhecimento das condições de conservação da zona pedonal da estada da mata que apresenta uma inclinação e com pedras expostas, podendo criar lesões aos utilizadores, sugeriu que perante a impossibilidade imediata de correção proceder-se à devida sinalização.

E solicitou um relatório dos danos ocorridos pela tempestade.

A Sra. Vereadora Cristina Mira referiu que face aos últimos acontecimentos, como os tornados que nos afetam, expôs uma situação que deve ser levada em conta:

“Na passada quinta-feira, em meia hora (22.03 e 22.36 horas) registaram-se dois sismos, o primeiro em frente ao Cabo de São Vicente (4-6 graus) e o segundo no Golfo de Cádiz (3,2 graus).

6  
Hélio GSL  
A

De acordo com o Instituto Geográfico Nacional do Ministério de Obras Públicas Espanhol, nos três dias anteriores a atividade sísmica de toda a frente costeira de Huelva foi importante.

Perante tudo isto, considerado importante uma cooperação entre os Municípios do Algarve e de Espanha, no sentido de se procurar conseguir alguma prevenção no que a marmotos diz respeito (planos de emergência para lidar com uma situação que é uma certeza científica).

Estamos completamente desprotegidos e vulneráveis perante uma situação desta magnitude. Sendo importante conseguir avisar as populações com algum tempo de antecedência devida ser ciado um sistema de alerta.

Assim, solicito que esta matéria seja levada em consideração e analisada com alguma preocupação.”

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas declarou que os Vereadores do Partido Socialista propõem que a Câmara Municipal cumpra a sentença do Tribunal no caso do Dr. Orlandino Rosa.

A Sra. Presidente informou que a Câmara Municipal irá promover uma reunião com a firma concessionária dos parquímetros para reajustamento dos termos contratualizados e posteriormente será realizada uma reunião com os Srs. Vereadores.

Relativamente ao processo do Dr. Orlandino Rosa, reafirmou que o mesmo está a ser acompanhado pelos Advogados mandatados, que a verba está cabimentada, bem como prevista a respetiva vaga no Mapa de Pessoal para a sua readmissão.

7  
Hélio Gsl.  
A

Quanto aos requerimentos do Sr. Vereador Álvaro Leal, informou que os mesmos estão prontos, mas que está a analisa-los.

Esclareceu que os valores cobrados pela taxa de proteção civil são entregues na sua totalidade, na proporção de 85% à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e 15% para a equipa de sapadores da Proteção Civil. Representando uma importante fonte de financiamento daquelas entidades, a sua anulação poderá por em causa o socorro à população do Concelho.

Quanto aos danos causados pela tempestade, referiu que foi feita uma visita aos locais mais problemáticos com o Comandante do Porto e a DGRM, e neste momento o local mais problemático é a barra do porto de Vila Real de Santo António, devendo a sua recuperação ser realizada ainda no decorrer desta semana. Foi pedido um parecer técnico à Agência Portuguesa do Ambiente. Não se registaram outros danos de importância.

Quanto à situação levantada pela Sra. Vereadora Cristina Mira, a Sra. Presidente informou que é uma situação que está ser constantemente monitorizada, em virtude do Concelho estar numa zona sísmica, mas que é um fenómeno natural que não se consegue prever. No entanto esclareceu que existe um plano de emergência no caso da sua ocorrência.

No que se refere ao processo de revisão do Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública foi solicitado aos Sindicatos a identificação dos representantes para a sua assinatura.

Informou que já foi recebido 75% da candidatura relativa à construção do Passadiço.

A instalação do Posto de Turismo na zona nascente de Monte Gordo, vai ser objeto de um Protocolo a celebrar com a Direção Regional de Turismo.

O concurso para a concessão da água está suspenso por interposição de ação judicial, no entanto existe informação de que terá havido desistência da instância por parte dos autores.

Referiu que tem conhecimento que a zona pedonal da estrada da mata está a necessitar de uma recuperação e que vai iniciar o processo.

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas solicitou um ponto de situação sobre o Pavilhão Multiusos, que está inacabado e em risco de deterioração.

A Sra. Presidente informou que a referida construção foi uma contrapartida pela cedência de terrenos para construção de habitação a custos controlados, no entanto, subsistindo uma ação judicial pendente, sendo que a empresa Unifaro decretou falência, aguarda-se pela respetiva decisão do Tribunal.

O Sr. Vereador Álvaro Leal questionou se a Câmara Municipal está preparada para devolver a taxa de proteção civil aos munícipes sem prejudicar os Bombeiros. E solicitou informação sobre o evento "Bar Beer Cue", que decorreu no sábado.

O Sr. Vice-Presidente, Luis Romão, informou que, tratando-se de uma primeira iniciativa, obteve muito bons resultados, considerando no entanto que carecia de alguns melhoramentos, nomeadamente em termos da data para a sua realização. Sendo objetivo do executivo municipal que estas iniciativas sejam autossustentáveis, dependem sempre da adesão, que pelas suas características – churrasco, aumenta se as características climatéricas forem mais favoráveis.



9  
Hélio Gsl.  
A

**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

**APROVAÇÃO DE ATA.**


- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias da ata aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Manuel Pôla Alturas, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 4 da reunião ordinária realizada em 30 de janeiro de 2018.

**DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.**

- A Câmara tomou conhecimento do atual Diagnóstico Social do Município de Vila Real de Santo António.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL – CC234/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.**

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º da Lei n.º 114/2016, de 29 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços de proteção civil, na modalidade de avença, para a equipa de Sapadores Florestais do Município de Vila Real de Santo António, com a entidade Osvaldo Miguel Martins da Silva, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação da Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

11  
Hélio G. S. L.  


**MINUTAS DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I PARA A REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PRÁTICA DA COMPONENTE VOCACIONAL.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de serem aprovadas as Minutas de Protocolo de Colaboração entre o Município de Vila Real de Santo António e o Agrupamento de Escolas D. José I para a realização da formação prática da componente vocacional dos alunos Carlos Ramos, João Pinto, Jorge Sabino e Diogo Sabino, durante o ano letivo 2017/2018, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

**CANCELAMENTO DO PACTO DE PREFERÊNCIA - MÁRIO LAGE - CONSTRUÇÃO CIVIL, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizado o cancelamento do registo do pacto de preferência, AP 5, oficiosa, datada de 15 de janeiro de 2007, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o n.º 1554/20010104, Freguesia de Monte Gordo, por se julgar esgotada a sua finalidade, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

12  
Hélio Gsl  
A

## CEMITÉRIO – ALTERAÇÃO DO 6º TALHÃO DE SEPULTURAS TEMPORÁRIAS NO 1º. SECTOR.

= A Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos Srs. Vereadores Cristina Mira e Álvaro Leal, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Rui Pires, no sentido de ser autorizada a alteração da utilização do talhão 6º. Talhão de Sepulturas Temporárias no 1º. Sector para a construção faseada de Jazigos Municipais (catacumbas), consoante as necessidades, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DE OEP/PUBLICIDADE DO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “CAFETARIA DELÍCIA”, PROPRIEDADE/EXPLORADO POR MARIA MANUELA COSTA DIAS.

O Sr. Vereador Manuel Pôla Alturas propôs que o pagamento fosse deferido em quatro prestações.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luís Romão, no sentido de ser deferido o pedido de pagamento em quatro prestações mensais das taxas de OEP/Publicidade do estabelecimento denominado “Cafetaria Delícia”, propriedade/explorado por Maria Manuela Costa Dias, sito na Avenida da República, Loja 21, em Vila Real de Santo António, referentes aos anos 2015, 2016 e 2017, no valor de 414,21 €, ao qual acresce o valor de juros de mora à data da sua liquidação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS EM REGIME DE BILHETEIRA PARTILHADA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser de reconhecido formalmente este formato de parceria, designado de coprodução, possibilitando a cobrança de uma percentagem da receita de bilheteira dos espetáculos, a acordar caso a caso, de acordo com aquele que é o interesse da autarquia e cujas iniciativas, pelo seu interesse cultural, recreativo, científico, cívico ou outro, sejam alvo de apoios municipais, sendo que no mínimo 10 % do total apurado da receita de Bilheteira reverterá a favor do município e o restante valor, até um máximo de 90 % da bilheteira realizada, será entregue à entidade produtora/organizadora, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

## CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser autorizada a abertura de procedimento de Hasta Pública para adjudicação da exploração do bar da Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António de, aprovar as condições gerais e especiais e, nomear os elementos para a Comissão de arrematação da Hasta Pública, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

14  
Hélio G. S. L.  
A

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA TERESA BRITO FLORÊNCIO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – ISABEL MENDES AMORIM.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – CLAUDIA SOFIA FÉLIX MENDONÇA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respectiva ata.

15  
Hélio G. S. L.  
A

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – LUIS TOMÉ FAGUNDES MENDONÇA PERES.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – MARIA LUISA DE JESUS FONSECA MATOSO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

**DOAÇÃO DE DOCUMENTOS À BIBLIOTECA MUNICIPAL VICENTE CAMPINAS – PAULA CRISTINA ROSEIRO FLÓRIDO LOPES.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Carla Sabino, no sentido de ser aprovada a aceitação das obras que integram a referida doação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

16  
Heic6sl  
A

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA “VIII CAMINHADA E PASSEIO DE BTT - ESCOLA ATIVA, PELA MATA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E MONTE GORDO”.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licença, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE LICENCIAMENTO DA PROVA “V MARATONA BTT BAIXO GUADIANA” – ASSOCIAÇÃO BTT BAIXO GUADIANA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licença, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documento que constitui parte integrante da presente ata.



17  
HeicGSL  
A

## PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, reprovou a Proposta dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, no sentido de se pôr termo à cobrança indevida da taxa de proteção civil, que a Câmara Municipal cobra aos seus munícipes, face à ilegalidade da mesma e que se devolvam as importâncias cobradas indevidamente aos munícipes vila-realenses, documento que constitui parte integrante da presente ata.

- Pela Sra. Presidente e subscrita pelos Srs. Vereadores Luis Romão, Carla Sabino e Rui Pires, foi formulada a seguinte declaração de voto:

A bancada do PSD vota contra a presente proposta, tendo em conta que, relativamente à taxa de proteção civil do Município de Vila Real de Santo António, ainda não ter sido suscitada a sua inconstitucionalidade, nem muito menos, ter havido pronúncia do Tribunal Constitucional quanto à mesma. Vota ainda contra por entender que, a existência desta taxa, que se destina na sua totalidade em benefício dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António, é essencial para que sejam assegurados os serviços necessários em situações de emergência, não podendo a população ficar prejudicada pela carência de meios de socorro

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Voto favoravelmente no pressuposto que o financiamento aos bombeiros e à proteção civil será assegurado pelo Município como é a sua obrigação e como sempre o fez."

## APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser atribuído um subsídio no valor de 5.710,00€ à Associação de Beneficência Mão Amiga para apoio ao munícipe Helton Rony Tavares Semedo para fazer face ao pagamento da intervenção cirúrgica e internamento hospitalar, com fundamento no teor da informação da Divisão de Ação Social, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registou-se a intervenção do Sr. Luís que prestou esclarecimentos sobre a situação do munícipe Helton Rony Tavares Semedo. Sugeriu que, futuramente, no âmbito da realização de hastas públicas para a ocupação dos quiosques na Praça Marquês de Pombal a Câmara Municipal deveria fazer constar uma ressalva para os produtos regionais.

A Sra. Célia Paz frisou que, na qualidade de vereadora do executivo municipal 2013-2017, nunca foi informada sobre o processo do Dr. Orlandino Rosa.

O Dr. Orlandino Rosa pediu para intervir, sendo que pela Sra. Presidente foi referido que, uma vez já tendo, por diversos meios – verbalmente na anterior reunião da Câmara Municipal, quer via correio eletrónico - exposto/esclarecido a sua situação aos restantes membros do executivo, encontrando-se o processo a ser acompanhado, de ambas as partes, por mandatários judiciais, nada mais havia a ser explanado.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e quarenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Helic Maria Mestre Vicente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Helic Maria Mestre Vicente da Costa Gonçalves

HELGSL.